

**Notícias do Congresso Nacional** é a sua voz de justiça e cidadania.

## Cidadania Participativa no Parlamento Nacional

### Senado Federal

#### Renan saúda Ellen Gracie na presidência do STF

**Segundo o presidente do Senado, ter uma mulher à frente do Supremo Tribunal Federal é uma conquista de todas as brasileiras.**



O Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros

Ao participar da solenidade de posse da ministra Ellen Gracie na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do ministro Gilmar Mendes na vice-presidência, ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, enfatizou o "momento histórico" por que passa o Brasil, com a posse de uma mulher no mais alto posto de um Poder. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, parlamentares, ministros e políticos também participaram do evento.



O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie

enfatizando que sua posse é um marco na história do país. Para eles, o fato é a constatação de um grande avanço na redução das diferenças de gênero da história brasileira.

Ellen Gracie disse ter plena consciência do simbolismo de sua posse, dedicando sua conquista a todas as mulheres brasileiras. Não é uma conquista individual, mas de todas as mulheres brasileiras - ressaltou a presidenta do Supremo.

Depois de elogiar a ascendente carreira da ministra, o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, enfatizou a importância da Justiça na "reconstituição da credibilidade das instituições brasileiras", diante da atual crise política. O comportamento indecoroso de alguns agentes públicos expôs ao desgaste as instituições do Estado, aprofundando o descrédito que já as fragilizava perante a sociedade - observou.

É um momento histórico. Estamos tendo a honra, a satisfação e o orgulho de ter uma mulher presidindo o Supremo Tribunal Federal - afirmou Renan. Na mesma linha, o ministro Celso de Mello, que saudou os empossados em nome do Tribunal, e o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, congratularam a ministra,

### Editorial



Dr. Josué dos Santos Ferreira  
Jornalista Responsável - DRT/SP nº 36203  
Escritor, Deputado Federal Suplente - (PL/SP) e  
Fundador e Presidente Nacional do  
Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro - IDELB

É com muita satisfação que participo no jornal "Notícias do Congresso Nacional" do IDELB, dando ênfase a "Coluna Legislativa", onde vou expor vertentes e ações do Congresso Nacional Brasileiro, informando aos leitores o importante trabalho realizado pelos parlamentares que representam a nossa sociedade.

Esta coluna tem o compromisso inarredável de explicitar em especial à sociedade jurídica a intensa e árdua atividade exercida pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados em discutir, debater, estudar e aprovar as matérias necessárias para o desenvolvimento da democracia e da cidadania brasileira.

Militante na política nacional e atualmente na condição de Deputado Federal Suplente pelo PL/SP, posso bem dizer que sou um eterno aprendiz da vida e principalmente no que se possa ser feito para proteger a dignidade do país, e afirmo que muitos esforços estão sendo feitos no Senado Federal e na Câmara dos Deputados para alcançar êxito na conquista de uma sociedade mais justa e igualitária, respeitando os princípios da Constituição Federal Brasileira.

Nesta coluna reportaremos o Senado Federal, onde mostrarei as principais ações dos Senhores Senadores da República nas questões de âmbito legislativo e de maior interesse para a sociedade; e a Câmara dos Deputados, onde também mostrarei as principais discussões, propostas e aprovações do Parlamento Nacional, em prol da justiça social e do crescimento qualificado do Brasil como nação independente, forte e soberana.

Acreditamos que as informações legislativas expressas nesta coluna contribuirão para o processo de cidadania participativa da nação brasileira, pois através da imprensa viabilizamos um canal via de duas mãos onde a sociedade pode acompanhar o processo de desenvolvimento realizado pelo Congresso Nacional.

Expresso com esta "Coluna Legislativa", a contribuição e o compromisso inarredável de informar na íntegra os bastidores de inúmeras atividades e ações parlamentares, em defesa dos legítimos interesses de nossa Sociedade Brasileira. Esta "Coluna Legislativa" vem preencher uma lacuna visando manter a sociedade informada de todos os trâmites operacionais da estrutura orgânica do probo Poder Legislativo Federal. Sendo este o Poder guardião e garantidor do Estado Democrático de Direito, legitimado pela representação parlamentar, a autêntica expressão de poder de um povo e de uma Forte e Soberana Nação.

## Senado poderá apelar contra pena de morte de terrorista

### Comissão aprova requerimento para a apresentação de apelo ao Iraque por uma punição de outra natureza ao responsável pelo atentado que matou Vieira de Mello



Plenário do Senado Federal

O Senado poderá apresentar um apelo ao governo e ao Poder Judiciário do Iraque para que adotem uma punição "de outra natureza" ao responsável pelo atentado ocorrido em 2003 que tirou a vida do alto comissário para Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), o brasileiro Sérgio Vieira de Mello. O terrorista foi condenado à morte pelo Tribunal Penal Central do Iraque.

Requerimento nesse sentido, apresentado por Eduardo Suplicy (PT-SP), foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e será agora apreciado pelo Plenário, em regime de urgência. A aprovação contou com o apoio da viúva de Vieira de Mello, a argentina Carolina Larriera, que conversou com o relator da matéria e presidente da CRE, Roberto Saturnino (PT-RJ).

O embaixador Vieira de Mello tinha uma convicção profunda contra a pena de morte, que ele via como vingança - observou Saturnino.

Pelo texto aprovado, a comissão pede que se reitere o voto de "veemente repúdio" ao atentado contra a sede da ONU em Bagdá, no qual morreram o brasileiro e 21 outras pessoas, das quais 15 funcionários da ONU, e que se formule o apelo para que não se aplique, no caso, a pena de morte. Informa ainda que Vieira de Mello, um "humanista engajado e militante", aboliu a pena de morte no Timor Leste quando administrou aquele país.

Durante a discussão, Gerson Camata (PMDB-ES) criticou o requerimento. Ele disse ser contra a adoção pelo Brasil da pena de morte, mas considerou inadequado o Senado imiscuir-se na decisão de um outro país.

### Senadores ouvirão o Comendador em Cuiabá

#### CPI possui indícios de que contraventor teria ligações com a morte do ex-prefeito Celso Daniel, de Santo André (SP)

Uma subcomissão da CPI dos Bingos vai a Cuiabá para tomar depoimento do contraventor João Arcanjo Ribeiro, o Comendador, que se encontra preso naquela cidade. O presidente da CPI, senador Efraim Moraes (PFL-PB), designou ontem, para compor a subcomissão, os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Wellington Salgado (PMDB-MG), Sibá Machado (PT-AC), Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) e Alvaro Dias (PSDB-PR). Tuma ficou encarregado de agendar o depoimento com o secretário de Segurança Pública e Justiça de Mato Grosso, Célio Wilson.

A CPI dos Bingos reuniu indícios de que o Comendador pode ter ligações com a morte do então prefeito do município paulista de Santo André, Celso Daniel, assassinado no início de 2002. O contraventor é acusado de chefiar o crime organizado em Mato Grosso e de sonegar cerca de R\$ 850 milhões à Receita Federal, e responde por crime de homicídio.

Nas investigações sobre as atividades de João Arcanjo Ribeiro, levadas à frente pelo procurador José Pedro Taques, do Ministério Público naquele estado, e pelo juiz Julier Sebastião da Silva, titular da 1ª Vara Federal em Mato Grosso, aparece o nome do empresário Ronan Maria Pinto, apontado como um dos cabeças do esquema de corrupção em Santo André. O esquema envolveria, basicamente, suposto pagamento de propina por parte de empresas à prefeitura. Além disso, há a suspeita de que Ronan seja sócio do Comendador em empresas com sede em Cuiabá.

### Agenda Parlamentar

Na próxima terça-feira, a CPI dos Bingos deve colher depoimentos do ex-secretário Nacional Antidrogas Wálter Franganiello Maierovitch, e do ex-secretário da Receita Federal Osiris Lopes Filho. Na quarta-feira, os senadores da comissão ouvem o presidente da Federação Brasileira dos Bingos (Febrabingo), Carlos Eduardo Canto.

### Proposta nova CPI sobre ação do governo

#### Requerimento pede a investigação de cinco fatos, entre os quais a quebra de sigilo de Francenildo



Congresso Nacional

Almeida Lima (PMDB-SE) apresentou à Mesa do Senado, na quarta-feira, requerimento de criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar, entre outros fatos, a quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa e pagamentos de dívidas do presidente Lula por Paulo Okamoto, presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O pedido foi assinado por 34 senadores.

Almeida Lima justificou seu pedido de investigação simultânea de cinco fatos diferentes, que se encontram detalhados no requerimento, por considerá-los conexos, além de permitir economia processual.

Ruim seria transformar cinco fatos conexos em fatos autônomos para a instauração de cinco CPIs - disse.

Os senadores terão prazo até a meia-noite do dia em que o requerimento for lido em sessão plenária para colocarem ou retirarem assinaturas. A criação da CPI exige o apoio de, no mínimo, um terço dos membros do Senado, ou seja, 27 parlamentares.



## Câmara dos Deputados

### Plenário terá como destaques reforma tributária e cassação

A minirreforma tributária (**PEC 285/04**) e a representação que pede a cassação do mandato do deputado Josias Gomes (PT-BA) são os destaques da pauta do Plenário para a semana. Na terça-feira (2), antes de discutir a PEC 285/04, os deputados terão de destrancar a pauta votando as quatro medidas provisórias com prazo de **tramitação vencido (283/06, 284/06, MP 285/06 e 286/06)**.

As divergências das lideranças sobre a minirreforma concentram-se em torno das novas regras para o ICMS e o aumento de um ponto percentual do repasse de impostos federais para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

### Aumento retroativo

O líder do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), defende a votação de todo o texto da PEC na forma da nova proposta apresentada quarta-feira (26) pelo relator, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG).

Segundo ele, ela é mais vantajosa para os municípios e para os estados porque o aumento do FPM passa a ser retroativo a janeiro deste ano, enquanto no texto original valerá apenas a partir da promulgação da futura emenda. Quanto aos estados, Chinaglia disse que, após a unificação das alíquotas do ICMS, o Fundo de Participação dos Estados (FPE) também terá mais um ponto percentual de repasse.

O líder da **minoridade**, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), admite que houve avanços na proposta, mas defende a aprovação agora do aumento do FPM, da maneira como veio do Senado, para que essa alteração já possa ser promulgada. Quanto às outras partes da reforma, elas seriam discutidas e votadas para serem enviadas novamente ao Senado.

## Um só parlamentar não poderá derrubar sessão

Um dos pontos que o projeto tenta solucionar impede que apenas um parlamentar possa derrubar a sessão do Congresso. É esse dispositivo que a cada ano abre espaço para o surgimento de um número maior de demandas de última hora, geralmente problemas que as administrações oposicionistas não conseguem solucionar com a área econômica do governo. Foi o caso de Sergipe, que desde o ano passado tenta resolver com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) o prazo para enquadramento de seus gastos dentro dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O estado negociou empréstimo de R\$ 85 milhões do BNDES para construir uma ponte estratégica, que ligará Aracaju a Barra dos Coqueiros, interligando a capital com áreas turísticas de Sergipe e viabilizando o escoamento da produção de importantes projetos de irrigação, como o Nova Califórnia, à beira do rio São Francisco. Mas para liberar o dinheiro precisa de aval do Tesouro, emperrado por essa pendência com a STN.

Outro exemplo foi a reivindicação do líder do PSDB, Arthur Virgílio (PSDB-AM), que conseguiu do relator, deputado Carlito Merss (PT-SC), remanejar recursos da Petrobras para a construção do gasoduto Coari-Manaus.

Essas disputas regionais e a queda-de-braço entre o governo e os estados exportadores em torno da Lei Kandir emperraram a

## Atraso motiva novo rito de tramitação

**Aprovação quatro meses depois do prazo evidencia necessidade de mudanças no processo. Em meio a disputas entre governo e oposição, o Congresso aprovou o Orçamento na noite de terça-feira**

O governo sabia que seria difícil. Só não pensou que o atraso na votação do Orçamento se tornasse o maior dos últimos 12 anos. No dia 18, às 23h15, o Congresso conseguiu, depois de o governo ceder às pressões de última hora de oposicionistas, colocar um ponto final em uma das tramitações mais desgastantes do projeto da lei orçamentária anual desde 1994. Naquele ano, o Orçamento só foi votado em outubro para ser ajustado ao Plano Real.

O trauma provocado pelos embates entre oposição e governo em um ano eleitoral, que atrasaram por quase quatro meses a aprovação do Orçamento, que inclui o de investimentos das estatais, evidenciou a necessidade de alterar as regras do processo orçamentário. O presidente do Senado, Renan Calheiros, deu sinal verde na terça-feira para a retomada do debate, paralisado desde meados do ano passado, sobre a resolução que disciplina o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e estabelece novo rito para as leis orçamentárias.

Como forma de contornar as ameaças de pedido de verificação de quórum do deputado Ricardo Barros (PP-PR), Renan incluiu na ordem do dia do Congresso o Projeto de Resolução 2/05, em que estão as novas regras. O projeto de Barros traduz em boa parte as sugestões discutidas pela comissão especial presidida pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN), que encerrou os trabalhos no ano passado sem votar o relatório final do deputado.

Diante da falta de entendimento, principalmente sobre a participação do Senado nas emendas de bancada, Barros resolveu recorrer à Mesa do Congresso. Os dois pareceres elaborados, um em cada Casa, estão prontos para votação (ver matéria abaixo). E Renan informou que estará empenhado em construir um acordo que viabilize a votação. Ele não adiantou qual a data, mas atendeu o pedido de Barros para não encerrar a sessão do Congresso. Apenas suspendeu a sessão, o que faculta agendá-la a qualquer momento.

tramitação do Orçamento na fase final. O atraso resumiu a apenas dois meses a execução de uma parte importante do Orçamento - o das transferências voluntárias federais para prefeituras e entidades filantrópicas -, porque esses repasses serão suspensos de julho até o fim das eleições.

Alguns programas federais e os investimentos das estatais ficaram praticamente paralisados. O governo editou medida provisória para liberar R\$ 1,8 bilhão para esses programas e ameaçou publicar outra MP, esta de mais de R\$ 20 bilhões, para amparar principalmente as estatais, caso o Orçamento não fosse aprovado.

O temor de que atrasos como esse possam se repetir culminou em dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), enviada ao Congresso e cuja mensagem foi lida na semana passada. Por ele, se o projeto da lei orçamentária não for sancionado pelo presidente da República até o final deste ano, o governo poderá executar os valores orçados na proposta enviada ao Congresso. Um lance muito mais ousado do que estava na LDO de 2006, que resgatou a liberação em duodécimos para os gastos com custeio.

A reação do Congresso Nacional foi imediata. Muitos parlamentares consideraram que o dispositivo acaba com a prerrogativa do Parlamento de emendar o texto do Executivo. O governo já sinalizou que poderá recuar e suprimir esse dispositivo.

## Câmara dos Deputados

### Processo de cassação

A votação do parecer do **Conselho de Ética e Decoro Parlamentar** que recomenda a perda do mandato do deputado Josias Gomes está marcada para a sessão ordinária da quarta-feira (3). O deputado é acusado de ter recebido e não contabilizado R\$ 100 mil repassados pelo empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, operador do suposto "mensalão". Gomes foi citado no relatório parcial das comissões parlamentares mistas de inquérito (CPMIs) dos Correios e da Compra de Votos como beneficiário de recursos do caixa dois do PT.



Supremo Tribunal Federal

Em sua defesa, o parlamentar confirma que recebeu os recursos por recomendação do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares para pagar despesas de campanha do partido na Bahia, mas nega ter tido conhecimento de que o dinheiro era de fonte ilícita.

Mesmo que a pauta da Câmara não seja destrancada na terça-feira, o processo poderá ser votado porque trata de matéria não legislativa, ou seja, não gera uma norma jurídica.

### Medidas provisórias

A primeira medida provisória a ser votada na semana é a 283/06, que já conta com um projeto de lei de conversão do deputado José Pimentel (PT-CE). A medida cria a gratificação por encargo de curso ou concurso para os servidores federais que atuarem como instrutores e trata de outras questões de pessoal. Entre as modificações propostas pelo relator está a extensão dessa gratificação aos servidores que participarem da logística de execução de concurso público e aos que participarem da aplicação, fiscalização ou avaliação das provas.

Outra modificação proposta no texto de Pimentel é a possibilidade de as empresas pagarem o vale-transporte em dinheiro. Essa permissão estava inicialmente contida na MP 280/06 e foi retirada pelo texto da MP 283/06. Como pré-condição, o relator exige que o pagamento em espécie seja previsto em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho e determina também que o empregador participe dos gastos de deslocamento do trabalhador, com ajuda de custo equivalente à parcela de 6% de seu salário-base.

### Desconto no IR com doméstico também está na pauta

O Plenário também vai analisar na semana a **MP 284/06**, que permite à pessoa física descontar do Imposto de Renda a contribuição patronal paga à Previdência Social relativa ao empregado doméstico. O desconto vale somente para a declaração de ajuste anual do Imposto de Renda e poderá ser exercido até 2012, ano-calendário de 2011.

### Dívida agrícola

A renegociação de dívidas de agricultores classificados como mini, pequenos e médios produtores e as cooperativas e associações de igual porte é o tema da **MP 285/06**. A renegociação atinge apenas os empréstimos com valor original de até R\$ 50 mil contratados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

### Outros projetos

Outros 22 projetos e a PEC 285/04 estão pautados para sessões extraordinária e ordinária de quinta-feira (4). Desses projetos, o PL 5524/05 cria a loteria Timemania para arrecadar recursos a fim de pagar as dívidas dos clubes de futebol com a União. Os deputados já votaram as emendas do Senado ao texto, mas faltam ser analisados os destaques para votação em separado (DVS) oferecidos pelos partidos.

Na pauta também estão os projetos de lei da CPMI da Exploração Sexual (PLs 4125/04, 4126/04, 4850/05, 4851/05 e 4852/05); o Projeto de Lei Complementar 123/04, que institui o Super Simples; e a Proposta de Emenda à Constituição 349/01, que acaba com o voto secreto nos legislativos federal, estaduais e municipais em todos os casos.

### Governo pede prioridade para fim da guerra fiscal

O ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, pediu nesta segunda-feira ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo, pressa na votação do que chamou de uma "minirreforma tributária". A proposta, que ele diz ter apresentado oficialmente a Aldo, tem três pontos: a unificação do **ICMS** para acabar com a guerra fiscal, a criação do Fundo de Desenvolvimento dos Estados e o aumento de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A viabilidade de votação da matéria em plenário deverá ser analisada em reunião de líderes. De acordo com Tarso Genro, a proposta beneficia estados e municípios, pois representa uma "soma positiva".

### Federação

O fim da guerra fiscal, na avaliação do ministro, seria uma opção "moderna" e contribuiria para fortalecer o "sentido federativo" no Brasil.

Tarso Genro deixou claro que o governo não quer faltar a proposta - ou seja, votar separadamente cada item -, pois o Executivo apresentou a minirreforma justamente para evitar que isso aconteça. O governo, segundo ele, pedirá à oposição que vote a matéria em plenário.